

ANEXO

2015

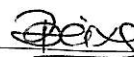
IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	
Designação	ASS. AMIGOS DA CRIANÇA E DA FAMÍLIA- CHAO DOS MENINOS
Morada	Bº ANTº SÉRGIO - AV. DA LIBERDADE, Nº100
Código postal	7000-412
Localidade	EVORA

DADOS DA ENTIDADE	
Número de identificação fiscal (NIF)	503017329
Classificação de atividade económica (CAE)	88910
Conservatória	
Fundo social	5954

Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado

1



ÍNDICE DO ANEXO

1)	Nota 1 - Identificação da entidade.....	3
2)	Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	3
3)	Nota 3 - Principais políticas contabilísticas.....	4
4)	Nota 4 - Fluxos de Caixa.....	7
5)	Nota 5 - Clientes.....	7
6)	Nota 6 - Fornecedores.....	7
7)	Nota 7 - Financiamentos obtidos.....	8
8)	Nota 8 - Estado e outros entes públicos.....	8
9)	Nota 9 - Inventário e ativos biológicos.....	8
10)	Nota 10 - Ativos fixos tangíveis.....	9
11)	Nota 11 - Fundos patrimoniais.....	10
12)	Nota 12 - Resultados transitados.....	10
13)	Nota 13 - Fornecimentos e serviços externos.....	10
14)	Nota 14 - Gastos com o pessoal.....	11
15)	Nota 15 - Provisões.....	12
16)	Nota 16 - Outros gastos e perdas.....	12
17)	Nota 17 - Resultados financeiros.....	12
18)	Nota 18 - Eventos subsequentes.....	12
19)	Nota 19 - Informações exigidas por diplomas legais.....	13



ASSOCIACAO DE AMIGOS DA CRIANCA E DA FAMILIA-CHAO DOS MENINOS

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015

(Valores expressos em euros)

1) Nota 1 - Identificação da entidade

A ASSOCIACAO DE AMIGOS DA CRIANCA E DA FAMILIA-CHAO DOS MENINOS tem a sua sede em EVORA, com o número de identificação fiscal (NIF) 503017329, com o CAE n.º 88910. A Associação tem como atividade principal APOIO SOCIAL PARA CRIANÇAS E JOVENS C/ ALOJAMENTO.

2) Nota 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2015 as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, que integra o regime da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, adaptado pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC), e de acordo, com a Portaria n.º 105/2011, de 14 de março.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Associação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

Órgão Diretivo

O Contabilista Certificado

3



g) Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo ESNL.

3) Nota 3 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de ASSOCIACAO DE AMIGOS DA CRIANCA E DA FAMILIA-CHAO DOS MENINOS são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Associação, sejam controláveis pela Associação e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Associação demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Associação. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

3.4. Imposto sobre o rendimento

A Associação encontra-se sujeita ao IRC relativamente à sua atividade comercial e isenta na sua atividade estatutária e ainda em casos restritos sujeita à tributação autónoma às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2012 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Associação procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Associação, periodicamente revisto e atualizado.

3.5. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio habitual, ou em alternativamente o método do custo específico. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

3.6. Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.8. Fundos patrimoniais

Esta conta inclui o fundo inicial, os resultados futuros, reservas, subsídios e donativos associados com ativos tangíveis ou intangíveis e outras variações nos fundos patrimoniais.

3.9. Provisões

A Associação analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.11. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Associação tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.12. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Associação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Associação reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Associação obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a

uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Associação baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.13. Subsídios e outros apoios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Associação cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4) Nota 4 - Fluxos de Caixa

A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos nas rubricas de meios financeiros líquidos:

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	31-dez-15	31-dez-14
Caixa	999	1.113
Depósitos à ordem	2.386	5.357
Outros depósitos bancários	2.000	68.000
Outros instrumentos financeiros	-	-
TOTAL	5.386	74.471

5) Nota 5 - Clientes

O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2015 e 2014 apresenta a seguinte decomposição:

CLIENTES	31-dez-15	31-dez-14
Clientes c/c	279	50
Clientes - Títulos a receber	-	-
Clientes factoring e outros	-	-
Clientes cobrança duvidosa	-	-
Clientes perda por imparidade acumuladas	-	-
TOTAL	279	50
Adiantamentos de Clientes	-	-

6) Nota 6 - Fornecedores

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2015 e 2014 apresenta a seguinte decomposição:

FORNECEDORES	31-dez-15	31-dez-14
Fornecedores conta corrente	9.513	62.013
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores confirming e outros	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Fornecedores perdas por impaidade acumuladas	-	-
TOTAL	9.513	62.013
Adiantamentos a fornecedores	-	-

7) Nota 7 - Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o saldo da rubrica "financiamentos obtidos" está descriminado como se segue. A Associação não obteve quaisquer financiamentos.

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31-dez-15		31-dez-14	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	-	-	-	-
Descobertos bancários	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-
Contas bancárias de factoring	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados	-	-	-	-
Locações financeiras	-	-	-	-
Outros empréstimos	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-

8) Nota 8 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31-dez-15	31-dez-14
Ativo		
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
Passivo	(244.449)	(268.064)
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	(8.000)	(6.032)
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social	(236.423)	(262.024)
Outros impostos e taxas	(25)	(7)
TOTAL	(244.449)	(268.064)

Existe uma retenção na fonte de € 3,16 referente a setº/2014, cujo valor só foi entregue ao Estado em 23.fev/2015.

9) Nota 9 - Inventário

O consumo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas, assim como, a descriminação do inventário apresentado pela gerência a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, é descrito na seguinte tabela:

INVENTÁRIOS	31-dez-15	31-dez-14
Inventário inicial	347	392
Compras de inventários	17.090	14.946
Reclassificação e regularização de inventários	793	168
CMVMC - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(17.979)	(15.160)
Inventário final	250	347

10) Nota 10 - Ativos fixos tangíveis

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2015 e 2014.

	1-jan-14	Dotações	Transf.	Revaloriz.	31-dez-14
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	367.269	-	-	-	367.269
Equipamento básico	46.309	13.238	-	-	59.547
Equipamento de transporte	38.308	-	-	-	38.308
Equipamento administrativo	28.252	-	-	-	28.252
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	223	-	-	-	223
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
Total do ativo bruto	480.360	13.238	-	-	493.598
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(119.425)	(7.081)	-	-	(126.507)
Equipamento básico	(32.919)	(11.462)	-	-	(44.381)
Equipamento de transporte	(38.025)	(100)	-	-	(38.125)
Equipamento administrativo	(26.098)	(640)	-	-	(26.738)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	(129)	-	-	-	(129)
Total de depreciações acumuladas	(216.595)	(19.284)	-	-	(235.879)
Total do ativo líquido	263.765	(6.046)	-	-	257.719

Em 2015 registaram-se as seguintes alterações:

- Para cumprimento do DR Nº25/2009, foram feitas correções ao valor dos edifícios, afim de separar o valor dos terrenos dos mesmos:

Assim, foi atribuído 25% ao terreno do prédio sito na Rua Bento Jesus Caraça, e foi atribuído ao terreno do edifício sede o valor do terreno conforme escritura de compra.

Em resultados destas correções foram alterados os valores das depreciações acumuladas, por contrapartida de resultados transitados.

No Mapa de Controlo dos Subsídios ao Investimento, na coluna (13), foi efetuada a correção às depreciações acumuladas em excesso, efetuadas em exercícios anteriores, no que concerne ao valor dos terrenos acima mencionados.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2015				
	Saldo em	Aquisições	Abates		Saldo em
	1-jan-15	Dotações	Transf.	Revaloriz.	31-dez-15
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	-	421	-	-	421
Edifícios e outras construções	367.269	-	(421)	-	366.848
Equipamento básico	59.547	1.368	-	-	60.915
Equipamento de transporte	38.308	9.750	-	-	48.058
Equipamento administrativo	28.252	-	-	-	28.252
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	223	-	-	-	223
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
Total do ativo bruto	493.598	11.539	(421)	-	504.716
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(126.507)	(7.073)	135	-	(133.445)
Equipamento básico	(44.381)	(2.872)	-	-	(47.253)
Equipamento de transporte	(38.125)	(2.334)	-	-	(40.459)
Equipamento administrativo	(26.738)	(583)	-	-	(27.321)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	(129)	-	-	-	(129)
Total de depreciações acumuladas	(235.879)	(12.863)	135	-	(248.607)
Total do ativo líquido	257.719	(1.324)	(286)	-	256.109

11) Nota 11 – Fundos patrimoniais

A decomposição desta rubrica é apresentada na tabela seguinte:

RUBRICAS	31-dez-15	31-dez-14
FUNDOS	5.954	5.954
RESERVAS	-	-
RESULTADOS TRANSITADOS	(226.277)	(382.648)
OUTRAS VARIAÇÕES DE FUNDOS PATRIMONIAIS	228.394	234.708
SUBSÍDIOS	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.118	156.236
Total dos fundos patrimoniais	12.189	14.251

12) Nota 12 - Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica resultados transitados.

13) Nota 13 - Fornecimentos e serviços externos

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2015 e 2014:



FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31-dez-15	31-dez-14
Subcontratos	40.708	40.475
Serviços especializados	28.844	53.241
Trabalhos especializados	15.733	34.408
Publicidade e propaganda	-	123
Vigilância e Segurança	-	-
Honorários	156	4.989
Comissões	-	-
Conservação e reparação	12.824	12.836
Outros	131	884
Materiais	5.347	10.024
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.913	6.055
Livros e documentação técnica	-	-
Material de escritório	1.934	1.514
Artigos para oferta	110	40
Outros	1.390	2.415
Energia e fluidos	22.829	18.552
Electricidade	10.657	5.096
Combustíveis	4.548	4.771
Água	3.763	1.601
Outros	3.861	7.083
Deslocações, estadas e transportes	6.436	5.397
Deslocações e estadas	6.436	5.397
Transportes de pessoal	-	-
Transportes de mercadorias	-	-
Outros	-	-
Serviços diversos	49.890	37.840
Rendas e alugueres	21.792	9.746
Comunicação	5.014	4.793
Seguros	547	390
Royalties	-	-
Contencioso e notariado	15	280
Despesas de representação	-	-
Limpeza, higiene e conforto	6.661	5.201
Outros serviços	15.862	17.429
TOTAL	154.053	165.529

14) Nota 14 - Gastos com o pessoal

O quadro seguinte apresenta a repartição dos gastos com pessoal nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2015 e 2014:

GASTOS COM O PESSOAL	31-dez-15	31-dez-14
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	567.806	552.246
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	118.040	112.544
Seguro de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3.841	3.500
Gastos de ação social	-	-
Outros gastos com o pessoal	9.248	11.208
TOTAL	698.934	679.498

15) Nota 15 - Provisões

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 está evidenciado na seguinte tabela:

PROVISÕES	31-dez-15	31-dez-14
Saldo a 1 de Janeiro	-	-
Aumento de provisões	-	-
Reversão de provisões	-	-
Utilização de provisões	-	-
Saldo a 31 de Dezembro	-	-

16) Nota 16 - Outros gastos e perdas

A tabela seguinte mostra de uma forma discriminada a rubrica "outros gastos e perdas" considerados nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2015 e 2014:

OUTROS GASTOS E PERDAS	31-dez-15	31-dez-14
Impostos	5.295	7.447
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	-	-
Correcções relativas a períodos anteriores	861	3.269
Donativos	-	14
Quotizações	-	-
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	-	-
Outros gastos e perdas não especificados	7.921	6.105
TOTAL	14.077	16.835

17) Nota 17 - Resultados financeiros

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos "resultados financeiros" dos períodos de 2015 e 2014:

RESULTADOS FINANCEIROS	31-dez-15	31-dez-14
Juros e rendimentos similares obtidos	31	238
Juros obtidos	31	238
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados	7.604	7.242
Juros suportados	7.604	7.242
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Resultados financeiros	(7.573)	(7.004)

18) Nota 18 - Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

19) Nota 19 - Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora. Relativamente à Segurança Social existe uma dívida de € 219.593,54 que se encontra em regularização através do Plano Prestacional acordado com a Secção de Processo Executivo de Évora.

